PROCESSO Nº: 9 / 2021

Processo: 9 / 2021

Data de entrada: 18 de Janeiro de 2021

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO PARCIAL a Emenda nº 268 de propositura do Vereador Bispo Francisco de Assis, referente ao Projeto de Lei nº 333/2020 que "Estima Receitas e Fixa as despesas do Município de Natal para o exercício financeiro de 2021", conforme mensagem 009/2021.

Despacho Inicial:

_NORMA JURIDICA	



A Sua Excelência o Senhor PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE Presidente da Câmara Municipal do Natal

Em 07 de janeiro de 2021

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 43, §§1° e 7°, da Lei Orgânica do Município de Natal, encaminho a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares, as conclusões sobre alteração por emenda parlamentar do Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2021. Após proceder à análise do Projeto de Lei nº 333/2020 – oriundo da Mensagem nº 073/2020 que "Estima Receitas e Fixa as despesas do Município de Natal para o exercício financeiro de 2021", enviado pela Câmara Municipal do Natal por meio do Ofício nº 2320/2020-SL –, expomos a seguir as razões sobre a nossa decisão em vetá-la.

MENSAGEM N.º 009/2021

EMENDA Nº 268.

Autora: Vereador Bispo Francisco de Assis

Obieto:

Retira R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta duzentos mil reais) da Ação 2043 - Divulgação das Ações de Governo da SECOM; e insere no Programa 2473 - Recuperação de Vias Públicas (SEMOV).

RAZÕES DE VETO PARCIAL

A proposição parlamentar retira R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta duzentos mil reais) do programa 2043 – Divulgação das Ações de Governo da SECOM. Esta dotação necessita de recursos para promover as campanhas educativas e de caráter informativo, em prol da população municipal, nas áreas de saúde (prevenção e combate à dengue, vacinação, etc.), educação, mobilidade urbana, dentre outros. A veiculação de informação institucional serve ainda para que os cidadãos, as entidades civis organizadas e os órgãos públicos estaduais de fiscalização possam promover o controle social sobre as ações desenvolvidas e os serviços públicos prestados pela Prefeitura Municipal de Natal. Na realidade, tal dotação cumpre o estatuído no art. 37, §§ 1° e 3°, da Constituição Federal.

Somado a esse fator, cumpre salientar que a referida Secretaria desempenha ainda papel fundamental na publicidade institucional de nossa Cidade, relacionada à publicização de Natal como importante polo turístico nacional. Ora, o turismo constitui uma atividade econômica da mais alta relevância para este início de governo, para grande Metrópole de Natal (a qual envolve a Capital, cidades circunvizinhas e aquelas adjacentes) e para todo o Estado do Rio Grande do Norte, justamente por fomentar a criação de empregos em nossa região. Em verdade, reduzir a margem de despesa da Secretaria de Comunicação significa diminuir os investimentos na atividade turística desta Capital.

Por tal razão, com base nas razões de interesse público apontadas acima, VETO a Emenda nº 268 ao Projeto de Lei nº 333/2020.

Desse modo, explicitadas as premissas que nos orientaram para procedermos ao mencionado veto, acreditamos contar com o espírito público e a responsabilidade administrativa de Vossa Excelência, bem como dos demais membros da Câmara Municipal do Natal.

Atenciosamente,

Flávio Fonseca de Assis Chefe de Gabinele da Presidência ÁLVARO COSTA DIAS

Prefeito





DESPACHO

Co	onsiderando a leitura da presente proposição de n.º na data de hoje,
encaminho	os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de
parecer no	prazo de dias, por se encontrar no regime de tramitação, nos
	artigo 52,, do Regimento Interno desta casa legislativa.
termos do t	ango 52,, do regimente interno casta registant a
	Natal/RN, Material de FEVEREIRO de 2021. Weigner Johnson PRESIDENTE
	<u>PARECER</u>
Αŗ	pós a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a
,	roposição deve tramitar nas comissões de:
Co	omissão de Legislação, Justiça e Redação Final omissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização omissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação omissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social omissão de Defesa do Consumidor omissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida omissão de Ética Parlamentar omissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo omissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade omissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação. omissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos omissão de Desporto e Qualidade de Vida
	presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.
	Natal/RN, 29 de Jonew de 2021.
	Nour 6 CH PROCURADOR
	PROCURADORIA LEGISLATIVA

NATAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

João Carvaino de O. Filho Assessor de Projetos Especiais - GAPRE Mat. 72.733 - 4

OFÍCIO Nº 2320/2020-SL

Natal, 29 de dezembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor **DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS** Prefeito da Capital N e s t a.

Assunto: Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 333/2020, oriundo da Mensagem nº 073/2020, de autoria desse Executivo Municipal.

Senhor Prefeito,

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de** Lei nº 333/2020, aprovado em sessão plenária realizada no dia 24 de dezembro do ano em curso, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município do Natal, para o exercício financeiro de 2021.".

Anexo, seguem as Emendas aprovadas pelo Douto Plenário, de nºs: 003 006 a 056, 058 a 122, 124 a 132, 134 a 202, 205 a 237, 239 a 293, 295 a 299, 305 a 350, 352 a 355, 360 a 368, 370 371, 374, 376, 377, 378, 380, 381, 383, 384, 385, 388 a 396, 398 a 418, 420 a 459, 461 a 481, 483 a 531.

Respeitosamente,

VEREADOR PAULINHO FREIRE

PRESIDENTE



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL GABINETE DO VEREADOR BISPO FRANCISCO DE ASSIS



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 333/2020 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2021

Art. 1° – Aloca recursos para:

ORGÃO RESPONSÁVEL	22.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-EST 22.01 - GABINETE DO SECRETARIO/SEMOV	
AÇÃO	15.451.012.2473 - RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
OBJETIVO	Recapeamento Asfáltico da Rua Mipibu no Bairro Tirol.	
Valor	R \$-150.000,00	

Art. 2º – A alocação de recursos de que trata o art. 1º será advinda das seguintes anulações de despesas:

ORGÃO RESPONSÁVEL	33.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM		
AÇÃO	04.131.010.2043 - DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO		
Valor	R\$ 150.000,00		

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 2020.

Bispo Éráncisco de Assis Vereador

N° de protocolo:

Data:

Hora:



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL



GABINETE DO VEREADOR BISPO FRANCISCO DE ASSIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 333/2020 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2021

Art. 1° – Aloca recursos para:

ORGÃO RESPONSÁVEL	22.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRA-EST 22.01 - GABINETE DO SECRETARIO/SEMOV	
AÇÃO	15.451.012.2473 - RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	
OBJETIVO	Recapeamento Asfáltico da Rua Mipibu no Bairro Tirol.	
Valor	R \$-150.000,00	

Art. 2º – A alocação de recursos de que trata o art. 1º será advinda das seguintes anulações de despesas:

ORGÃO RESPONSÁVEL	33.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM		
AÇÃO	04.131.010.2043 - DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO GOVERNO		
Valor	R\$ 150.000,00		

Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 2020.

Bispo Erańcisco de Assis Vereador

N° de protocolo:

Data:

Hora:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

PROCESSO	09/2021	· ·	
INTERESSADO	Chefe do Executivo	•	

CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 09/2021, do Chefe do Executivo, em 21 de Janeiro de 2021, que trata do **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei** nº 333/2020.

Cumpre trazer que o Ofício nº 2320/2020 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 29/12/2020 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 333/2020, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 - Omissis.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subseqüente de quarenta e oito horas.

O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 21 de Janeiro de 2021, com publicação no Diário Oficial do Município em 11/01/2021. Isto posta tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Parcial ao PL nº 333/2020, dentro do prazo legal, conforme detalhamento a seguir:

30/12/2020	Quarta-feira	· 01º dia útil da contagem
31/12/2020	Quinta-Feira	02º dia útil da contagem
01/01/2021	Sexta-Feira	Dia não útil – Feriado Mundial – Ano Novo
02/01/2021	Sábado	Dia não útil
03/01/2021	Domingo	Dia não útil
04/01/2021	Segunda-Feira	03º día útil da contagem
05/01/2021	Terça-Feira	04 º dia útil da contagem
06/01/2021	Quarta-Feira	Dia não útil – Feriado Municipal – Dia de Santos Reis
07/01/2021	Quinta-Feira	05º dia útil da contagem
08/01/2021	Sexta-Feira	06º dia útil da contagem
09/01/2021	Sábado	Dia não útil
10/01/2021	Domingo	Dia não útil
11/01/2021	Segunda-Feira	07º dia útil da contagem
12/01/2021	Terça-Feira	08º dia útil da contagem
13/01/2021	Quarta-Feira	09º dia-útil da contagem
14/01/2021	Quinta-Feira	10º dia útil da contagem
15/01/2021	Sexta-Feira	11º dia útil da contagem
16/01/2021	Sábado	Dia não útil
17/01/2021	Domingo	Dia não útil
18/01/2021	Segunda-Feira	12º dia útil da contagem
19/01/2021	Terça-Feira	13º dia útil da contagem
20/01/2021	Quarta-Feira	14º dia útil da contagem
21/01/2021	Quinta-Feira	15º dia útil da contagem (VETO RECEBIDO) * Data final do
		prazo para apresentação de Veto sobre a matéria

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA a** tempestividade do veto apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 26 de Janeiro de 2021

Victor da Costa Kus Victor da Costa Reis

Assessor Técnico Legislativo